

ANO II - EDIÇÃO Nº 359 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Terça-Feira, 05 de setembro de 2017

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 614/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 c/c o Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora DAIANNE FERNANDES SILVA, matrícula nº 8226115, para exercer, em substituição, o cargo de Encarregado de Área, no período de 11 a 30 de setembro de 2017, durante as férias da titular do cargo Denise Soares Dias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 01 de setembro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 615/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça Substituto ANDRÉ HENRIQUE OLIVEIRA LEITE para atuar nas Sessões Plenárias do Tribunal do Júri da Comarca de Palmas – TO, nos dias 11 e 19 de setembro de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 04 de setembro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº 2017/0701/00033

ASSUNTO: Ressarcimento de despesas

INTERESSADO: CALEB DE MELO FILHO

PROTOCOLO: 07010175718201735

DESPACHO Nº 437/2017 – Nos termos do art. 17, inciso V, alínea “j”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, ATO nº 064, de 10 de junho de 2014, e considerando as viagens, a serviço, efetuadas pelo Promotor de Justiça CALEB DE MELO FILHO, itinerários Araguaçu/Alvorada/Araguaçu, nos períodos de 16 a 17/02/2017; 23 a 24/02/2017; 01 a 02/03/2017; 08 a 09/03/2017; 16/03/2017; 05 a 07/04/2017; 11/04/2017; 19 a 20/04/2017; Araguaçu/Gurupi/Araguaçu, no dia 02/02/2017; Araguaçu/Miranorte/Araguaçu, no período de 29 a 30/03/2017; Araguaçu/Palmas/Araguaçu, no período de 27 a 28/04/2017, conforme Memória de Cálculo nº 086/2017, e documentos correlatos anexos, DEFIRO o pedido de reembolso de despesa com combustível em favor do referido Promotor de Justiça, relativo ao abastecimento de veículo, no valor total de R\$ 1.289,20 (mil duzentos e oitenta e nove reais e vinte centavos), correndo a despesa por conta da dotação orçamentária na ação de Defesa do Interesse Público nos processos judiciais (CÓDIGO 2253).

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 04 setembro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

Tutela da Infância e Juventude

Av. Neief Murad, Chácara 47-A, St. Noroeste, Araguaína/TO, CEP: 77800-000, Tel. (63) 3414-8509 E-mail: sidneyjunior@mpto.mp.br

Edital

O Promotor de Justiça, Dr. Sidney Fiori Junior, no uso de suas atribuições na 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína/TO, atendendo ao disposto nos artigos 4º e 5º, da Resolução CNMP nº 174/2017 21, DÁ CIÊNCIA aos eventuais interessados do

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
Promotora Assessora do PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

Arquivamento da Notícia de Fato 2017.0001862, instaurado com objetivo de averiguar eventual situação de risco da criança Yasmin Leite Batista Magalhães. Informa ainda que, o representante poderá interpor recurso contra tal decisão, no prazo de 10 (dez) dias (a contar da publicação deste Edital no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Tocantins), perante a 9ª Promotoria de Justiça da Comarca de Araguaína/TO.

Araguaína, 04 de setembro de 2017.

Sidney Fiori Junior
Promotor de Justiça

23ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

A Promotora de Justiça subscritora, titular da 23ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução n. 03/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, vem, por meio deste, dar CIÊNCIA aos EVENTUAIS INTERESSADOS, da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO dos autos de Procedimento Preparatório nº 2017.2.29.23.0018, Informa que, até a data de realização da sessão do Conselho Superior do Ministério Público, em que será homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão ser apresentados razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas-TO, aos 04 de setembro de 2017.

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

A Promotora de Justiça subscritora, titular da 23ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução n. 03/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, vem, por meio deste, dar CIÊNCIA aos EVENTUAIS INTERESSADOS, da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO dos autos de Inquérito Civil Público nº 2016.3.29.23.0218, Informa que, até a data de realização da sessão do Conselho Superior do Ministério Público, em que será homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão ser apresentados razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas-TO, aos 04 de setembro de 2017.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público n.º 2017.0002056, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº 623/2017

INVESTIGANTE: Marcelo Lima Nunes, 6º Promotor de Justiça da Comarca de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 2º, inciso II, e 7º, § 2º, inciso I, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP; 3º, inciso II, e 19, § 2º, inciso I, da Resolução n.º 003/2008, do CSMP/TO.

ORIGEM: Ex Officio

ASSUNTO (CNMP): Direito do Consumidor > Contratos de Consumo > Serviços Hospitalares

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar as condições estruturais, organizacionais e de funcionamento do HOSPITAL SANTA CATARINA, situado nesta cidade.

REPRESENTADO: Hospital Santa Catarina

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 04/09/2017

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 04/09/2018

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público n.º 2017.0002057, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº 624/2017

INVESTIGANTE: Marcelo Lima Nunes, 6º Promotor de Justiça da Comarca de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 2º, inciso II, e 7º, § 2º, inciso I, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP; 3º, inciso II, e 19, § 2º, inciso I, da Resolução n.º 003/2008, do CSMP/TO.

ORIGEM: Ex Officio

ASSUNTO (CNMP): Direito do Consumidor > Contratos de Consumo > Serviços Hospitalares

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar as condições estruturais, organizacionais e de funcionamento do HOSPITAL SÃO FRANCISCO, situado nesta cidade.

REPRESENTADO: Hospital São Francisco

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 04/09/2017

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 04/09/2018

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 35/2017

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/2008.

ORIGEM: Ex Officio

ASSUNTO (CNMP): Direito do Consumidor, Contratos de Consumo, Serviços Hospitalares.

FATO EM APURAÇÃO: As condições estruturais, organizacionais e de funcionamento do HOSPITAL UNIMED

REPRESENTADO: Hospital UNIMED de Gurupi

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 04 de setembro de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 37/2017

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/2008.

ORIGEM: Ex Officio

ASSUNTO (CNMP): Direito do Consumidor, Contratos de Consumo, Serviços Hospitalares.

FATO EM APURAÇÃO: As condições estruturais, organizacionais e de funcionamento do HOSPITAL SANTA CATARINA

REPRESENTADO: Hospital SANTA CATARINA, situado em Gurupi

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 04 de setembro de 2017.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N.º 38/2017

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/2008.

ORIGEM: Ex Officio

ASSUNTO (CNMP): Direito do Consumidor, Contratos de Consumo, Serviços Hospitalares.

FATO EM APURAÇÃO: As condições estruturais, organizacionais e de funcionamento do HOSPITAL SÃO FRANCISCO

REPRESENTADO: Hospital SÃO FRANCISCO, situado em Gurupi
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 04 de setembro de 2017.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CRISTALÂNDIA**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 0528/2017

INVESTIGANTE: Francisco J. P. Brandes Jr., Promotor de Justiça.
FUNDAMENTOS: art. 127, caput, e art. 129, e incisos da Constituição Federal; art. 27, e incisos, da Lei nº 8.625/93; art. 8º e seguintes da Lei nº 7.347/85; artigo 61 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 51/08;

ORIGEM: Ação Civil Pública nº 0001070-72.2016.8.27.2715, Procedimento Investigatório Criminal 002/2016 e Inquérito Civil Público 001/2010;

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar regularidade ambiental e intervenção humana nos Rios da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso e demais cursos hídricos da Região;;

INVESTIGADO(S): Fazenda Frutacc e Cleuber Marcos Oliveira, sócio-administrador;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Cristalândia, 18 de Agosto de 2017.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVO ACORDO**Extrato de Portaria de Instauração de Inquérito Civil Público**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
PORTARIA IC Nº.: 11/2017.

INVESTIGANTE: Dra. Renata Castro Rampanelli Cisi - Promotora de Justiça de Novo Acordo/TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III da CF/88.

FATO(S) EM APURAÇÃO: apurar possível prática de nepotismo no Poder Executivo do Município de Novo Acordo/TO.

RECLAMANTE: De ofício

INVESTIGADOS: Município de Novo Acordo/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Novo Acordo/TO, 31 de agosto de 2017.

RENATA CASTRO RAMPANELLI CISI
Promotora de Justiça

Rua Silvestrina Guimarães, Quadra 24, Lote 7, Setor Central,
Novo Acordo/TO – CEP 77610-000
Telefone: (63) 3369-1443.

QUEREMOS OUVIR VOCÊ!

OUVIDORIA MPE
Sugira · Denuncie · Questione

(63) 3216-7598
(63) 3216-7575

www.mpto.mp.br
ouvidoria@mpto.mp.br